

Processos de destituição são complexos. Preciso ter em conta "incertezas"

O académico Rui Guerra da Fonseca sustentou hoje que a destituição de um Presidente "não é um processo criminal simples" e é preciso ter em conta o "domínio da incerteza", referindo que o caso de Donald Trump não é exceção.



© Reuters



20/01/20 18:52 · POR LUSA

"Estes processos de 'impeachment' (destituição) sabemos como começam, mas não se sabe como podem terminar", afirmou Rui Guerra da Fonseca, professor auxiliar do Instituto de Ciências Jurídico-Política, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e um dos participantes da conferência subordinada ao tema "O último ano de Trump?" em referência ao Presidente dos Estados Unidos, que decorreu hoje na Reitoria da Universidade de Lisboa.

Na véspera dos trabalhos do 'impeachment' contra o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, serem retomados no Senado (câmara alta do Congresso norte-americano), o doutorado em Ciências Jurídico-Políticas frisou que o processo em si é "um caminho imprevisível" que congrega "critérios criminais e critérios políticos".

Isto, admitiu, apesar de ser previsível que a maioria republicana naquela câmara ilibe o chefe de Estado e seja "uma decisão política" a resolver a questão.

Rui Guerra da Fonseca mencionou o caso do 'impeachment' do Presidente Bill Clinton (1999), recordando que na altura os senadores deram como comprovados os factos, mas acabariam por ilibar o político porque "não era conveniente" ter então um governante destituído.

Na passada quarta-feira, os artigos de destituição ('impeachment') contra Donald Trump -- as duas acusações aprovadas em dezembro último pela Câmara dos Representantes (câmara baixa), uma de abuso de poder e uma de obstrução do Congresso -- foram enviados formalmente ao Senado (câmara alta).

No dia seguinte, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça dos Estados Unidos (que assume a liderança do processo), John Roberts, e os senadores prestaram juramento, formalidade que deu início ao julgamento político no Senado (que se constitui como uma espécie de tribunal) de Donald Trump, o terceiro Presidente na história dos Estados Unidos a enfrentar esta situação.

Os senadores têm um papel decisivo no processo, uma vez que serão eles a decidir, através dos respetivos votos, se Trump é, ou não, culpado das acusações.

Ao contrário do que acontece na Câmara dos Representantes, onde existe uma maioria democrata, os republicanos dominam o Senado, sendo espetável que o julgamento termine com a ilibação do Presidente.

Os outros dois Presidentes que enfrentaram o 'impeachment', Andrew Johnson (1868) e Bill Clinton (1999), foram ilibados no Senado.

Após as formalidades, o julgamento do Presidente Trump é retomado na terça-feira, nomeadamente para estabelecer as regras do processo.

A duração do julgamento é uma das incógnitas do processo e irá depender, por exemplo, se os senadores aprovarem a chamada de testemunhas.

Por exemplo, o julgamento de Bill Clinton durou cerca de cinco semanas.

Já com data marcada está o tradicional discurso do Estado da União, que Trump irá proferir no Congresso em 04 de fevereiro, e o arranque no Estado do Iowa (centro-oeste), em 03 de fevereiro, do ciclo eleitoral que vai determinar, ao longo dos próximos meses, os nomes que vão disputar as presidenciais norte-americanas.

A pressão está do lado dos democratas e entre os atuais 12 candidatos que ainda permanecem na corrida das primárias do Partido Democrata constam quatro senadores - Bernie Sanders, Elizabeth Warren, Michael Bennet e Amy Klobuchar -- que terão obrigatoriamente de assistir no Senado a todas as sessões do julgamento de Trump e deixar a campanha para um segundo plano.

As eleições presidenciais nos Estados Unidos estão agendadas para novembro deste ano.